



## MULHERES SATERÉ-MAWÉ E AS DIFICULDADES NO ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: a realidade da comunidade Umirituba, em Barreirinha – AM.

Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner<sup>1</sup>  
Tatiane Nascimento Franco<sup>2</sup>  
Iraíldes Caldas Torres<sup>3</sup>

**RESUMO:** Visa-se com este estudo apresentar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres Sateré-Mawé da comunidade Umirituba, em Barreirinha/AM no acesso a Política de Assistência Social enfatizando o Programa Bolsa Família, suas particularidades e peculiaridades levando em consideração a cultura e modo de vida da comunidade para implementação e efetivação desta política social, salientando a relação de gênero engendrada em Umirituba, *locus* da pesquisa que é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - Fapeam intitulada “Gênero, Etnicidade, Práticas Sociais e Corporais das Mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas, no Amazonas”.

**Palavras Chave:** Gênero. Programa Bolsa Família. Mulheres Indígenas.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the difficulties faced by women sateré-mawé of community Umirituba, in Barreirinha AM in the access to Social Assistance policy emphasizing the Bolsa Família Program, their particularities and peculiarities taking into account the culture and way of life of the community for the implementation and completion of this social politics, stressing the gender ratio engendered in Umirituba, locus of research that is financed by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-Fapeam titled "Genre , Ethnicity, social practices and women's Bodily Sateré-Mawé in two communities Indigenous in the Amazon ".

**Keywords:** Genre. Family Allowance Program. Indigenous Women.

<sup>1</sup> Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pelo PPGSS – UFAM. Pesquisadora do Projeto de pesquisa “Gênero, Etnicidade, Práticas Sociais e Corporais das Mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas, no Amazonas”, financiada pela FAPEAM. Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

<sup>2</sup> Pós-graduanda em Gestão em Políticas Públicas FAMETRO. Bolsista AT/B na pesquisa “Gênero, Etnicidade, Práticas Sociais e Corporais das Mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas, no Amazonas”, financiada pela FAPEAM.

<sup>3</sup> Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2. Professora da Associada na Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Projeto de pesquisa “Gênero, Etnicidade, Práticas Sociais e Corporais das Mulheres Sateré-Mawé em duas comunidades indígenas, no Amazonas”, financiada pela FAPEAM.

## **INTRODUÇÃO**

As comunidades indígenas que vivem na margem do rio Andirá, Amazonas, tem suas particularidades e peculiaridades no seu modo e rotina de vida como também em relação ao acesso de seus direitos sociais, por se tratar de comunidades indígenas geograficamente distantes do município ao qual pertence, Barreirinha - AM, tendo como o único meio de locomoção o transporte fluvial para referida cidade com duração de 6 horas de viagem. Neste estudo nos deteremos ao *locus* da pesquisa, a comunidade de Umirituba, a política de transferência de renda, o Bolsa Família e as relações de gênero que entrelaçam as mulheres desta comunidade com o acesso ao Programa Bolsa Família, sendo assim apresentamos como objetivo deste artigo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas ao acesso neste programa de transferência de renda e as relações de gênero que os permeiam.

A metodologia tem por base a orientação das abordagens qualitativas, sem excluir os aspectos quantitativos. O trabalho de campo atendeu a uma amostra de 24 Mulheres através de formulários contendo perguntas abertas e fechadas, assim como por meio de entrevistas semiestruturadas, relacionadas com as interpretações bibliográficas e das legislações vigentes acerca do Programa Bolsa Família para as comunidades indígenas.

Conduziremos a discussão a partir do surgimento das políticas públicas no Brasil e, posteriormente como elas foram efetivadas para a população indígena, destacando a política de transferência de renda, como o Bolsa Família, suas diretrizes para atendimento desta demanda e por fim apresentar as dificuldades percebidas na pesquisa para o não acesso das mulheres indígenas a esta política retratando as dificuldades locais e também culturais dos povos indígenas como forma de emancipação e cidadania.

### **1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA OS POVOS INDÍGENAS**

A desigualdade social existente no Brasil é histórica, e entendida como fruto de uma intensa exploração a qual sua população sempre foi submetida, este processo de exploração tem início com a escravidão indígena e negra e perdura até hoje com a marginalização dos grupos minoritários e pelo sistema de produção excludente, o capitalismo.

Para Behring e Boschetti (2008) as políticas sociais no Brasil, surgiram num período em que o país sofria influência do modelo escravista de produção, ao mesmo tempo em que buscava inserção no modo de produção capitalista, e foi a partir do movimento de adaptação do sistema colonial para o sistema capitalista que se instituíram as políticas sociais brasileiras.

Sua caracterização permeia pelo processo de urbanização, industrialização e constituição do capitalismo, tornando sua relação entre o Estado, a classe trabalhadora e o mercado, imbricadas, esta relação cria condições efetivas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho com políticas de proteção e para os pobres que não acessam ao mercado formal de trabalho estabelece-se a política de assistência social (YAZBEK, 2009).

Neste contexto para a população indígena as políticas sociais não foram condizentes com suas reais necessidades, mantendo uma relação no primeiro momento atrelada a lógica de expulsão, exclusão e confinamento e depois para uma lógica de atrelamento ao Estado, especialmente com política assistencialista. Há uma necessidade de construir meios de acesso que não induza a repressão e imposição de uma cultura sobre a outra.

É perceptível que este quadro vem mudando com avanços significativos, principalmente no Brasil e dentre as várias políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro as políticas de transferência de renda como o Bolsa Família, que foi um programa implementado pelo Governo Federal, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, pretendia acabar com a fome e reduzir os altos índices de pobreza no país, oferecendo uma renda cujo valor é variável e beneficia as famílias, em sua maioria chefiadas por mulheres, que possuem renda familiar per capita de até R\$ 154,00 reais mensais e que se encontram em situação de pobreza. Teixeira apud Bandeira (2013, p. 209) destaca que

As mobilizações em torno da demanda por direitos para as mulheres ensejaram, a partir do último quarto do século XX, uma série de conquistas e de

compromissos junto aos governos no sentido da adoção de medidas práticas de combate as desigualdades de gênero e às discriminações contra as mulheres no âmbito das políticas públicas.

Para Teixeira (2013), o Programa Bolsa Família vem desde sua criação buscando alternativas que visa o enfrentamento da pobreza no Brasil, quase 11 anos após sua criação, o Programa apresenta bons resultados e é aclamado pela comunidade internacional como um dos mais bem-sucedidos programas sociais do mundo, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). É perceptível que mais do que aliviar a pobreza monetária, o referido Programa alcançou impactos notáveis na saúde, na educação, na segurança alimentar e nutricional de milhões de brasileiros e brasileiras. As mulheres e comunidades indígenas também são pensados nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

A pesquisa sobre o perfil indígena feita pelo Datafolha, encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), revela que 64% dos índios são beneficiários do Programa Bolsa Família, recebendo em média R\$ 153 por mês. No que tange as regiões que concentram o maior número de indígenas recebendo o Bolsa Família, temos a região **Nordeste** como campeã do benefício: 76% dos índios recebem o programa social do governo. O **Sul** aparece em segundo, com 71%; seguido do **Centro-Oeste** (63%), **Norte** (56%) e **Sudeste** (52%)<sup>4</sup>. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, mais de 5 mil famílias indígenas estão inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e o acompanhamento dessas famílias ocorre constantemente, porém, a ida até as comunidades é realizada por meio de mutirões que ocorrem de dois em dois anos para realização do recadastramento e a realização dos novos cadastros nas comunidades indígenas.

## **2. AS DIFICULDADES DAS MULHERES SATERÉ-MAWÉ AO ACESSO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM UMIRITUBA**

Ao longo dos anos o governo brasileiro vem buscando estratégias para o enfrentamento da pobreza no país, as transferências de renda (TR) constituem a principal iniciativa do governo brasileiro. De acordo com Teixeira (2013) o

---

<sup>4</sup> Material disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515366-dois-tercos-dos-indigenas-recebem-do-bolsa-familia>, acessado em 01 de outubro de 2014.

Programa Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda existente no país, atingindo mais de seis milhões de pessoas.

Desde a década de 1990 até os dias atuais as políticas públicas passaram por inúmeras mudanças, principalmente no que tange ao enfrentamento da pobreza no Brasil. Para Pereira (2007) política pública é uma forma de intervenção nos problemas sociais da população de determinado país, através de programas, benefícios ou serviços sociais que garantam ao indivíduo o mínimo para sobreviver, ou seja, tudo que é necessário para a vida com qualidade como: saúde, educação, transporte coletivo, lazer, trabalho, assistência, previdência, alimentação, moradia, desta forma o atendimento a população indígena é oriunda de uma luta constante dessa população, que por inúmeras vezes estiveram distantes no que tange à efetivação das políticas com vistas ao atendimento de suas necessidades.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, teve sua criação em 2004, ao longo dos anos passou por modificações com intuito de garantir os direitos sociais dos cidadãos brasileiros que dela necessitar. Ao longo das ações e diretrizes preconizados pela PNAS, há necessidade de entendermos a descentralização político-administrativa e territorialização para que sejam pensadas as políticas públicas com vistas ao enfrentamento da pobreza no Brasil. De acordo com a PNAS (2005, p. 37) “muitos dos resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa, é imperioso construir ações territorialmente definidas, juntamente com essas políticas”.

A PNAS (2005, p. 37) destaca ainda que:

Importantes conceitos no campo da descentralização foram incorporados a partir da leitura territorial como expressão do conjunto de relações, condições e acessos inaugurados pelas análises de Milton Santos, que interpreta a cidade com significado vivo a partir dos “atores que dela se utilizam”.

A leitura territorial e a descentralização político-administrativa ocorre nos atendimentos as mulheres indígenas na comunidade de Umirituba – pertencente ao município de Barreirinha/AM - no que tange às políticas públicas como saúde, educação, assistência social (Programa Bolsa Família – PBF) e outras, contudo são perceptíveis as dificuldades vivenciadas por elas nessa comunidade, uma vez que a distância que estão do referido município em muitos momentos dificulta o

acesso delas às políticas públicas supracitadas. De acordo com a fala da senhora Dominga, 37 anos, “temos muita dificuldade em ter acesso ao Bolsa Família, eu já me cadastrei faz muito tempo, mas nunca recebi, quando eles estiveram aqui disseram que era para aguardamos e estamos até hoje esperando” (Entrevista, 2014). De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa, podem participar do Bolsa Família - qualquer que seja a idade dos membros da família<sup>5</sup>.

Os critérios para concessão do Programa Bolsa Família precisam ser acompanhados pelas famílias, isto é, após quatro meses da realização do cadastro, as mulheres, que são em sua maioria as responsáveis<sup>6</sup> no Cadastro dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), precisam procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Barreirinha/AM e verificar a aprovação ou não de seu benefício social, porém, elas relatam que “às vezes não conseguimos ir até Barreirinha ver nosso cadastro, porque é muito longe e não temos dinheiro também, e nem sabemos como devemos fazer. Meu esposo quando vai na cidade ele verifica se já tá liberado, mas ele já foi lá duas vezes e não tinha nada liberado e não nos disseram quando seria” (Maria Tereza, Entrevista, 2014). A locomoção dos indígenas da comunidade até a Secretaria Municipal de Assistência Social de Barreirinha/AM dificulta o acesso das mulheres aos programas de transferências de renda, PBF, uma vez que a mesma é feita por via fluvial com duração de 6 horas de viagem. Para Rego e Pinzani (2013, p.185) “o programa atingiu um dos seus objetivos principais, o Bolsa Família garante o direito à vida a milhões de brasileiros, não resolve, contudo, o problema da pobreza”. Para muitas mulheres, o Bolsa Família é a única fonte de renda, “segura<sup>7</sup>”, que elas dispõem para garantir a sua família os mínimos necessários à sobrevivência. De acordo com Pereira apud Pisón (2007, p. 37-38)

---

<sup>5</sup> Material disponível no site [http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/criterios-de-inclusao](http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao), acessado em 10 de agosto de 2014.

<sup>6</sup> Também chamadas de responsável familiar.

<sup>7</sup> Termo utilizado por muitas beneficiárias do PBF.

Necessidades e bem-estar estão indissolvelmente ligados no discurso político e moral e, especialmente, na prática corrente dos governos. Não há serviços sociais sem a delimitação daquelas necessidades a serem satisfeitas. E, ao mesmo tempo, a relação entre as necessidades e os direitos sociais está no núcleo de muitos problemas e discussões que se produzem na atualidade.

Percebemos que nem sempre esses mínimos são os necessários para manter a dignidade social e econômica dessas famílias. Para as mulheres indígenas essa realidade é ainda mais difícil, posto que elas encontram-se distantes dos centros urbanos e suas condições socioeconômicas são precárias, não permitindo as mesmas o acesso de forma digna aos bens de consumo. Para Torres (2012, p. 16) “as mulheres agricultoras da Amazônia ribeirinha, especialmente aquelas residentes em comunidades distantes dos centros urbanos, [...] vivem isoladas e submersas em seu mundo de sociabilidade restrita”. Para Barbosa (2005, p. 69) “a questão social se evidencia, no caso da Amazônia, a partir do processo de descolonização, particularmente, com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias”.

As mulheres indígenas da comunidade Umirituba possuem como principais atividades a agricultura, a casa de farinha, o lar, artesanato e outras de acordo com dados coletados na pesquisa como mostra a tabela abaixo:

Atividade Principal das Mulheres da Comunidade Umirituba

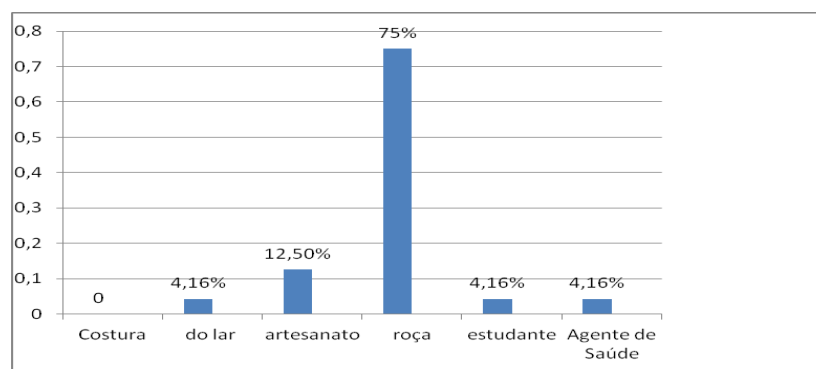


Figura 1: Atividade Principal. Fonte: Pesquisa de Campo/Fapeam, 2014.

As atividades que possuem maior incidência são a roça e do lar, com 75% e 17,5% respectivamente. Para Oliveira (2012, p. 227) “na Amazônia, é difícil imaginar a sobrevivência na floresta sem a presença da mandioca, que é indispensável na alimentação”. A autora ainda destaca que:

A casa de farinha não tem função somente na época da produção da farinha. Durante todo o ano, [...] a casa de farinha é o lugar de referência para o trabalho, especialmente das mulheres da

floresta, que são as principais protagonistas de todo o processo de produção de farinha (OLIVEIRA, 2012, p. 229).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Bolsa Família auxilia e oportuniza a inúmeras famílias a melhoria na renda familiar, dados da **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**, revelam que 64% dos índios são beneficiários do **Programa Bolsa Família**, recebendo em média R\$ 153,00 reais por mês. A produção da farinha permite às famílias uma renda, contudo, como fala uma das entrevistadas, “a produção da farinha é sazonal, em média é vendido de uma a três sacas de farinha, sendo que o valor da saca a média é de 180 a 200 reais” (Elizabeth, entrevista, 2014).

A PNAS tem como um de seus princípios norteadores a homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos, o que se torna insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso (POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 37).

O bolsa família é uma política pública de cunho emergencial que resolve questões efêmeras, contudo não é a solução para o problema da pobreza, pois é necessário que juntamente com os programas emergenciais se firmem políticas públicas estruturais visando realizar uma profunda reforma na sociedade, assim como oportunizou também as comunidades indígenas o acesso de forma igualitária ao referido Programa, contudo vale destacar que as mulheres indígenas passam a ser prioridade em relação as outras mulheres para recebimento do benefício.

## **CONCLUSÃO**

O estudo revela que inúmeras são as dificuldades vivenciadas pelas mulheres indígenas no acesso ao Programa Bolsa Família, um dos aspectos destacados pelas entrevistadas como dificuldade em serem beneficiadas pelo referido Programa está relacionado à distância até a cidade, visto que não há acesso a telefone, internet e outros meios de comunicação o que ocasiona que as famílias tenham que ir até Barreirinha/AM, município responsável pela gestão do



referido Programa, e muitas famílias acabam não tomando conhecimento sobre serem ou não beneficiárias, pois não possuem recursos financeiros para estarem indo todos os meses à cidade para verificar o pagamento ou não do benefício social.

Para a maioria das mulheres, entrevistadas, o Bolsa Família é visualizado como uma alternativa de renda fixa e previsível, impactando decisivamente no acesso aos bens de consumo. Bem como o Programa representa e significa uma saída da situação de miséria, pobreza e incertezas provocadas por inúmeros problemas que possuem as mais diversas origens como sociais, políticas, culturais e econômicas que levaram a família a sofrer pela falta dos mínimos sociais necessários para a subsistência do núcleo familiar.

De acordo com as entrevistas realizadas percebemos que dificilmente as mulheres indígenas deslocam-se até a cidade para sacarem ou verificarem o pagamento do benefício social, Bolsa Família, este saque e/ou verificação é realizado por seu marido e muitas relataram que eles trazem os bens de consumo de que a família necessitam, quando sacam o benefício, porém o que possuem é pouco, pois a família necessita de condições mínimas de sobrevivência.

É perceptível o não acesso ao Programa Bolsa Família pelas mulheres Sateré–Mawé da comunidade Umirituba, em Barreirinha/AM, tendo em vista que mais de 40% das entrevistadas estão inscritas, mas não são beneficiárias do referido Programa. Mesmo atendendo os critérios para serem contempladas, todas relatam a necessidade de receberem o benefício, mas o acesso das mulheres indígenas é ínfimo diante de suas necessidades.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. In: SCHERER, Elenise (org.). Questão social na Amazônia. Manaus: Edua, 2009.

BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. Política Social Fundamentos e História. 4ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2008.

GUEIROS, Dalva Azevedo. SANTOS, Thaís Felipe Silva dos. Matricialidade sociofamiliar: Compromisso da Política de assistência Social e Direito da Família. – Revista Serviço Social e Saúde. Campinas: UNICAMP, v. X, n. 12, Dez. 2011.

MELLATI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A casa de farinha como locus de transformação e alternativas de sustentabilidade. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/brandao/Downloads/PNAS%202004%20e%20NOBSUAS\_08.08.2011.pdf >. Acesso em: 27 dez. 2014.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TEIXEIRA, Marlene; CERQUEIRA, Maria D. Stphanie R. O Programa Bolsa Família/Vida Melhor e as Mulheres – Transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

TORRES, Iraildes Caldas. Constituição etnográfica da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto. In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

TORRES, Iraildes Caldas e SANTOS, Fabiane Venente dos. Intersecções de Gênero na Amazônia. Manaus: EDUA, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e assistência social. 7ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2009.